

A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

**Correspondência ao Autor**

Nome: Luciana Sardenha Galzerano

E-mail: lucianasgalzerano@gmail.com

Instituição: Universidade de São Paulo, Brasil

Submetido: 19/06/2020

Aprovado: 23/02/2021

Publicado: 02/08/2021

 10.20396/rho.v21i00.8660130

e-Location: e021041

ISSN: 1676-2584

**Como citar ABNT (NBR 6023):**

GALZERANO, L. S. A educação vai ao mercado financeiro: Somos Educação em debate. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 21, p. 1-21, 2021. DOI: 10.20396/rho.v21i00.8660130.

Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8660130>. Acesso em: 02 ago. 2021.



Distribuído Sobre



Checagem Antiplágio



## A EDUCAÇÃO VAI AO MERCADO FINANCEIRO: SOMOS EDUCAÇÃO EM DEBATE<sup>1</sup>

  **Luciana Sardenha Galzerano\***  
Universidade de São Paulo

### RESUMO

O objetivo deste artigo é discutir três tendências que caracterizam a lógica contemporânea da privatização da educação: centralidade do capital fictício, movimentos de concentração e centralização de capitais e disputas pelos fundos públicos. O referencial teórico adotado é o materialismo histórico e dialético. Buscamos interseccionar a produção acadêmica que tem discutido as diversas formas de privatização do setor educacional, em seus distintos contextos, e a bibliografia marxista que estuda o capitalismo contemporâneo e suas crises recentes. Para a análise, apresentamos um estudo sobre a atuação da Somos Educação no período de 2010 a 2018, demonstrando que essa companhia constitui um caso emblemático para flagrar a lógica recente da privatização e a expansão da financeirização para a educação básica. Trata-se de uma pesquisa documental cujas informações foram coletadas em documentos divulgados pela companhia e seus controladores – Grupo Abril, Tarpon e Kroton/Cogna –, pela BM&FBovespa e pela mídia de abrangência nacional e internacional. Verificamos que a financeirização das atividades de grupos como a Somos potencializa seus ganhos, amplia sua presença na educação pública e o controle que opera sobre as escolas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação. Privatização. Financeirização. Capital fictício. Somos Educação.

## EDUCATION GOES TO THE FINANCIAL MARKET: SOMOS EDUCAÇÃO IN ANALYSIS

### Abstract

This article discusses three trends that have characterized the privatization of education: the dominance of fictitious capital, the process of capital concentration and centralization, and the disputes over public funds. We use Dialectical and Historical Materialism as the theoretical framework. We seek to intersect the academic production that discuss modes of privatization of education in distinct contexts and the Marxist theoretical framework that analyses the contemporary capitalism and its recent crises. For this study, we present Somos Educação's operation during the years 2010-2018, in support to demonstrate this company as an emblematic case of contemporary privatization of education and, also, to illustrate the expansion of financialization in basic education. This is a documentary research. We use the data published by the company and its owners – Grupo Abril, Tarpon e Kroton/Cogna –, the BM&FBovespa and the national and international media. As a result, we observed that financialization of groups like Somos Educação boosts its profits, increases its presence in public education, and deepens the control exercised over public schools.

**Keywords:** Education. Privatization. Financialization. Fictitious Capital. Somos Educação.

## LA EDUCACIÓN VA AL MERCADO FINANCIERO: SOMOS EDUCAÇÃO EN DEBATE

### Resumen

El objetivo del artículo es discutir tres tendencias que caracterizan la reciente lógica de privatización de la educación: centralidad del capital ficticio, movimientos de concentración y centralización de capitales y disputas sobre fondos públicos. Nuestro referencial teórico es el materialismo histórico y dialéctico. Buscamos intersectarse la producción académica que discute las diversas formas de privatización del sector educativo, en sus distintos contextos, y la bibliografía marxista que estudia el capitalismo contemporáneo y sus crisis recientes. Para el análisis, presentamos un estudio acerca de la actuación de la Somos Educação en el período de 2010 a 2018, demostrando que esa compañía constituyó un caso emblemático para flagrar la lógica reciente de la privatización y la expansión de la financiarización para la educación básica. Se trata de una investigación documental. Las informaciones fueron recogidas en documentos publicados por la compañía y sus controladores – Grupo Abril, Tarpon y Kroton/Cogna –, por BM&FBovespa y por los medios de comunicación nacionales e internacionales. Observamos que la financiarización de las actividades de grupos como Somos aumenta sus ganancias, intensifica su presencia y su control sobre la educación pública.

**Palabras clave:** Educación. Privatización. Financiarización. Capital ficticio. Somos Educação.

## INTRODUÇÃO

Diversos autores<sup>2</sup> têm debatido a tendência global de privatização da educação e, mais recentemente, sua relação com o mercado financeiro (listagem de empresas educacionais em bolsas de valores, formação de conglomerados, fusões com grupos internacionais). Dialogando com essa produção e com os estudos marxistas sobre a acumulação capitalista contemporânea, identificamos três tendências que caracterizam a fase recente da privatização: centralidade do capital fictício, movimentos de concentração e centralização de capitais e disputas pelos fundos públicos. (GALZERANO; MINTO, 2018).

O Estado desempenha papel fundamental nessa lógica, por isso consideramos limitado o entendimento da privatização da educação numa ótica jurídico-formal, como simples deslocamento de “fronteiras” entre o público/estatal e o privado/não estatal. As disputas envolvidas no processo de reforma do Estado brasileiro nos anos 1990 contribuíram para a institucionalização da identidade entre público e estatal. Tal identidade pretende asseverar que Estado, sociedade civil e mercado são como setores distintos, escamoteando o fato de que as contradições entre interesses públicos e privados estão presentes em cada um deles. (MONTAÑO, 2008).

Neste artigo analisaremos as tendências da lógica contemporânea da privatização a partir da apresentação de um caso emblemático na educação básica: a atuação da Somos Educação<sup>3</sup> entre os anos de 2010, quando se cria a companhia, como um braço do Grupo Abril, e 2018, quando seu controle acionário é assumido pela Kroton/Cogna. A escolha deve-se a dois fatos centrais: trata-se da primeira companhia brasileira direcionada à educação básica a ser listada em bolsa de valores e possui presença majoritária no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

Trata-se de uma pesquisa documental. As informações apresentadas e analisadas foram coletadas nos documentos institucionais divulgados pela Somos Educação e por seus controladores no período analisado – Grupo Abril, Tarpon e Kroton/Cogna –, nos relatórios financeiros disponibilizados na BM&FBovespa e nas notícias veiculadas pela mídia de abrangência nacional e internacional. O referencial teórico adotado é o materialismo histórico e dialético.

## CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E MEDIDAS NEOLIBERAIS

Para Gomes (2015, p. 18), a causa da crise atual foi a “[...] redução da rentabilidade do capital produtivo e a busca por compensar a perda de oportunidades de valorização, pela via da especulação.”<sup>4</sup> Diversas desordens econômicas atingiram diferentes países e, após três décadas, foram agravadas quantitativa e qualitativamente, sobretudo depois de 2008 com a crise no mercado imobiliário estadunidense.

A vigente etapa da acumulação capitalista é, portanto, diversa do período pós Segunda Guerra Mundial até meados da década de 1970. A distinção não se refere somente à globalização e às implicações da reestruturação produtiva e das políticas neoliberais, mas também e, sobretudo, pela dominação do capital fictício sobre todas as demais formas de capital.

Diversos autores<sup>5</sup> têm se aplicado ao estudo do capitalismo contemporâneo, daquilo que alguns nomeiam financeirização, e dos atuais processos de crise. Consideramos primordial recorrer à categoria marxista **capital fictício**<sup>6</sup> para compreender a atual etapa da acumulação capitalista. De acordo com Carcanholo e Sabadini (2009, p. 45),

[...] o capital fictício tem como origem três fontes: a) a transformação em títulos negociáveis do capital ilusório, b) a duplicação aparente do valor do capital a juros (no caso das ações e dos títulos públicos) e c) a valorização especulativa dos diferentes ativos. Esse capital fictício de três diferentes origens tem em comum o fato de que, ao mesmo tempo em que é fictício, é real. É real do ponto de vista do ato individual e isolado, no dia-a-dia do mercado, quer dizer, do ponto de vista da aparência; é a dialética fictício/real.

Segundo os autores, o capital fictício mudou de caráter ao modificar-se de polo dominado para dominante, por isso, o designam **capital especulativo parasitário**, e nomeiam **capitalismo especulativo** a atual fase desse modo de produção, à qual corresponde, também, uma nova forma: a dos **lucros fictícios**.

Os lucros fictícios são reais do ponto de vista individual e isolado, no sentido de que se pode comprar mercadorias com eles, por exemplo. Entretanto, sob o ponto de vista da totalidade, os lucros não decorrem do mais-valor produzido pelo trabalho, portanto, não têm realidade substantiva. Para Carcanholo e Sabadini (2009, p. 50), “[...] esses lucros são pura ‘fumaça’. Da mesma maneira que apareceram como mágica, da noite para o dia, podem desaparecer a qualquer momento, em razão das oscilações especulativas dos valores dos ativos.”

Os autores afirmam, ainda, que os lucros fictícios constituem uma estratégia de contra tendência à queda da taxa de lucro, mas não são capazes de sustentar a continuidade do modo de produção capitalista sem uma intensificação extra da exploração da força de trabalho. Ou seja, para garantir a dinâmica de expansão de setores onde não se produz valor – como o financeiro – é preciso que se expandam os limites da exploração nos setores onde efetivamente se produz valor. Uma das consequências desse processo é a intensificação da concentração de riquezas<sup>7</sup>, pois assentado numa lógica em que a acumulação de capital em alguns setores ocorre sem que o trabalho produtor de valor seja imediatamente necessário, mas com a absorção de parcelas do valor produzido em outros setores.

O processo de reestruturação capitalista impactou a economia brasileira. Nos anos 1990, o Brasil transformou-se num dos destinos preferenciais do capital internacional, cuja entrada no após Plano Real concentrou-se cada vez mais no setor de serviços<sup>8</sup>. (MARQUES;

NAKATANI, 2013). De modo geral, nos mandatos de FHC, Lula e Dilma predominou uma orientação macroeconômica comum; setores que podiam ser capturados pelos capitais internacionais sofreram impactos e, nesse sentido, a neoliberalização do país também foi um processo de desnacionalização<sup>9</sup> e de desindustrialização. Esta forma de inserção na economia mundial levou à aceleração e ao aprofundamento das relações de dependência, estruturais à nossa condição periférica. Para Paulani (2008, p. 131-132):

Abrçado o projeto neoliberal, vendeu-se a ideia de que o Brasil pegaria o bonde da história pela via do comércio exterior [...] Mas o Brasil entrou no bonde da história por outra porta e transformou-se em plataforma de valorização financeira internacional, bem em linha com o espírito rentista e financista dos dias que correm. Em seu papel, juntamente com sua função de produzir bens de baixo valor agregado e, de preferência, com a utilização de mais-valia absoluta [...] completa a caracterização da participação do Brasil na divisão internacional do trabalho do capitalismo contemporâneo.

A dinâmica da inserção brasileira no contexto da predominância do capital fictício não foi determinada mecanicamente, isenta de conflitos, e é evidente que houve mudanças pontuais entre os governos brasileiros, mas não no sentido de desautorizar medidas governamentais estratégicas para conferir flexibilidade ao capital: desterritorialização da produção; desregulamentação dos mercados, principalmente o financeiro; diminuição de proteção ao trabalho; ataque aos sindicatos; redução e privatização de sistemas de seguridade social, de empresas e serviços estatais. (SAMPAIO JUNIOR, 2017).

## A CRIAÇÃO DE CONGLOMERADOS EDUCACIONAIS

Os discursos neoliberais, legitimados por organismos internacionais como Banco Mundial, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, Fundo Monetário Internacional, difundiram a noção de que as políticas sociais são ineficientes, ineficazes e improdutivas, pois mal gerenciadas pelo Estado. Medidas de privatização e descentralização desses serviços foram apresentadas como solução para os “males” do aparelho estatal. (ROBERTSON; VERGER, 2012). Nesse contexto, assistimos a uma tendência global de privatização da educação caracterizada pela formação de grandes conglomerados e pelo envolvimento das empresas educacionais com o mercado financeiro.

A listagem de companhias em bolsas de valores e o consequente aumento de capacidade de captar recursos por meio de formas fictícias de capital amplia a rentabilidade dessas empresas gerando um acentuado processo de concentração e centralização de capitais<sup>10</sup>. Para se ter ideia desse movimento, a Bloomberg publicou em 2012 uma listagem com os nove maiores grupos de educação do mundo, três deles são originados no Brasil: Kroton/Cogna, Estácio e Somos Educação. (GALZERANO, 2016). Os dois primeiros atuavam prioritariamente no ensino superior; o segundo, na educação básica.

Independentemente do país de origem (periféricos e centrais), Pinheiro (2014, p. 39) afirma que os grupos empresariais apresentam características similares:

- 1) possuem alta lucratividade e controlam grandes mercados;
- 2) fusões e aquisições fazem parte de sua estratégia de crescimento;
- 3) sua propriedade é representada por ações, em geral negociadas em bolsas de valores, controladas por fundos de investimentos, gestoras e bancos;
- 4) em sua maioria são oriundas de países de capitalismo central e exportam mercadorias, serviços e capitais para dezenas de países;
- 5) se associam a outras grandes empresas ao redor do mundo;
- 6) estabelecem a união pessoal entre distintas frações burguesas e destas com o Estado;
- 7) produzem e comercializam uma ampla gama de mercadorias e serviços.

A formação de conglomerados está relacionada às negociações da Rodada Uruguai, que resultou na criação, em 1995, da Organização Mundial do Comércio e do Acordo Geral sobre Comércio e Serviços (GATS). O GATS foi assinado por países membros da Organização Mundial do Comércio em 1995, com intuito de liberalização progressiva de serviços. O Brasil não aderiu a proposta, com o argumento de que a educação era um direito e um bem público. Se, por um lado, o setor educacional brasileiro não se tornou produto de acordos comerciais internacionais naquele momento, por outro, pouco foi realizado para impedir a ampliação do setor privado com fins lucrativos, representado por fusões e aquisições e pela listagem de grupos educacionais brasileiros em bolsa de valores. (TASQUETTO, 2016).

Em âmbito nacional, a Reforma do Estado brasileiro iniciada em meados da década de 1990 também contribuiu para o avanço da privatização da educação. O Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado difundiu e legitimou a ideia de que a educação era um serviço não exclusivo do Estado. Por ser um direito humano básico, não deveria ser privada, mas como não implica no exercício do poder de Estado, tampouco deveria ser controlado por ele. Sugeriu-se, então, a adoção do regime de propriedade pública não estatal – “pública” porque se dedica ao interesse público, não visando ao lucro, e “não-estatal” porque não faz parte do aparelho do Estado. (BRASIL, 1995).

Além disso, recordemos que, no Brasil, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) autorizou às empresas educacionais a entrada em mercados de ações, e que a existência de instituições com fins lucrativos dispõe de respaldo legal. (SGUISSARDI, 2015). As primeiras ofertas públicas iniciais (IPO) aconteceram em 2007, já em 2013 os esforços para trazer investidores prosperavam na área já que os rendimentos chegaram a 11 bilhões de dólares ao ano. (GALZERANO, 2016).

Desde 2012, 50 países estão negociando sobre o *Trade in Services Agreement* (TISA). Seu objetivo é promover e expandir a desregulação e a liberalização do comércio de serviços sociais, ignorando as regulações e normativas estatais, em benefício das corporações. Em 2016, o Brasil aderiu à negociação. (GALZERANO, 2016).



A tendência de concentração/centralização de grupos educacionais tem sido mais observada e estudada em relação às instituições de ensino superior (IES). Sguissardi (2015) afirma que a abertura de capital das IES privadas é uma das principais razões do aumento de aquisições e fusões e do desaparecimento de 2/3 das instituições comunitárias ou confessionais, nas duas últimas décadas.

Ressalta-se que os investimentos públicos, advindos do Fies (Programa de Financiamento Estudantil), representavam uma das maiores procedências da receita das IES listadas na Bovespa. Segundo matéria divulgada pela InfoMoney, em janeiro de 2015, “[...] o Fies responde por 49% das receitas totais da Ser Educacional (SEER3), 44% da Kroton (KROT3), 40% da Estácio (ESTC3) e 38% da Anima (ANIM3).” (UMPIERES, 2015).

Na educação básica, também se verifica tendência de concentração/centralização de grupos educacionais, ainda que em menor dimensão se comparado ao ensino superior. Estudos realizados por Cassiano (2013), Pinheiro (2014), Adrião (2015) e Galzerano (2016) acompanharam esses movimentos, com destaque para as políticas de aquisição de serviços e materiais didáticos. A Somos Educação constitui caso emblemático dessa lógica, tendo se transformado no maior grupo de educação básica brasileira.

## **SOMOS EDUCAÇÃO: CRIAÇÃO, ATUAÇÃO E EXPANSÃO**

A atuação do Grupo Abril no setor educacional remete ao ano de 1999, quando comprou a Ática e a Scipione, em parceria com o grupo francês Havas; a totalidade das editoras foi adquirida apenas em 2004. No ano de 2010, o grupo passou por uma reorganização societária e foi criada a Abril Educação, com o intuito de atender a demanda de existência de setor específico para gerir os negócios relacionados ao ramo educacional<sup>11</sup>. (GALZERANO, 2016).

A Abril Educação transformou-se em Somos Educação no ano de 2015, quando a Tarpon Investimentos assumiu o controle da companhia. A Somos atua, prioritariamente, na educação básica, com editoras, sistemas privados de ensino<sup>12</sup> e colégios próprios, mas também oferta materiais didáticos para idiomas, ensino técnico, preparação para vestibular e para concurso público. Dentre as marcas mais conhecidas, destacamos: Ática, Scipione, Saraiva, Anglo, Maxi, Motivo, Sigma, pH e Red Balloon. (GALZERANO, 2016). Seu objetivo declarado, em 2015, era “Ser o grupo de educação mais relevante do mundo e a principal referência na transformação do nosso país pela educação.” (SOMOS EDUCAÇÃO S.A., 2015).

A expansão da Somos Educação foi impulsionada após sua inserção no mercado de ações. Em julho de 2011, a companhia foi listada na BM&FBovespa e captou R\$ 371,1 milhões com a oferta pública inicial (IPO), à época. O objetivo anunciado era financiar novas aquisições. De acordo com Manoel Amorim, *Chief Executive Officer* (CEO) da Somos em



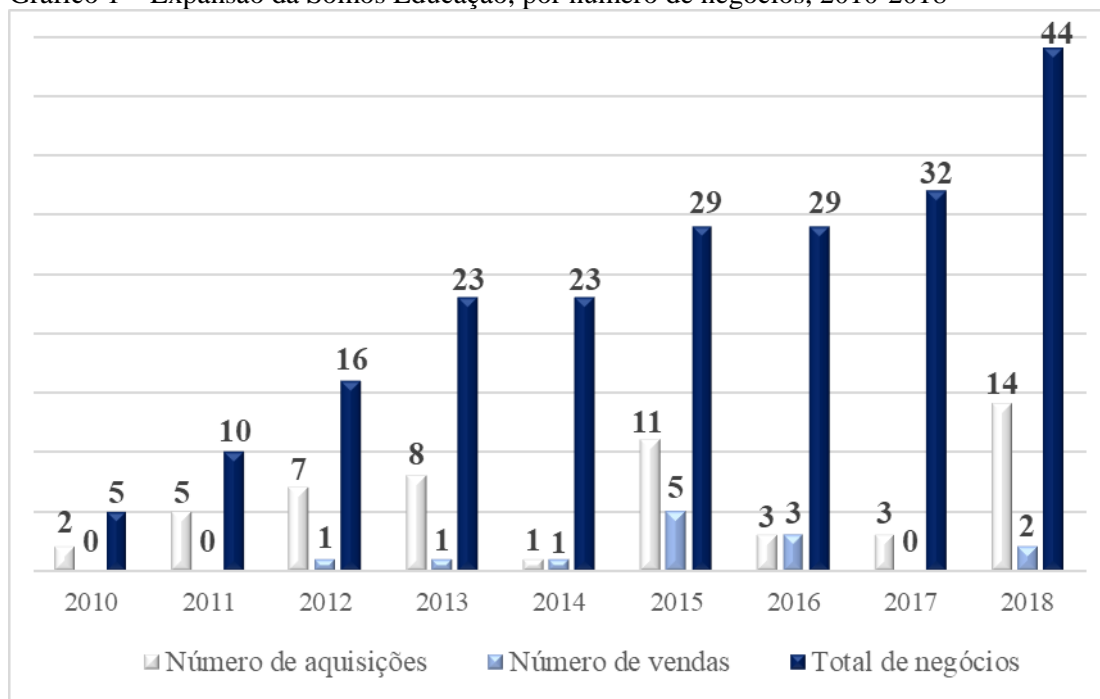
2012, a companhia estava analisando todo tipo de sistema de aprendizagem que pudesse complementar seu portfólio de negócios. (GALZERANO, 2016).

No ano de 2013, a Somos realizou novas ofertas de ações, por meio de uma nova IPO e de uma oferta pública secundária<sup>13</sup>, resultando em R\$ 600 milhões, à época. De acordo com o diretor das Relações com Investidores da Somos naquele período, Fabio Carvalho, os recursos captados pelas ofertas de ações eram estratégicos para a continuidade do processo de aquisições. (GALZERANO, 2016).

Desde que ingressou no mercado financeiro, a Somos Educação atraiu diversos fundos de investimentos brasileiros e estrangeiros. No período de 2011 a 2018, três foram seus controladores: Abrilpar Participações S. A.<sup>14</sup> (Família Civita), desde a criação até 2014; Thunnus Participações S.A.<sup>15</sup> (Tarpon Investimentos), de 2015 até meados de 2018; Saber Serviços Educacionais S. A.<sup>16</sup> (Kroton/Cogna) a partir de 2018. (GALZERANO, 2016; GALZERANO; MINTO, 2018).

O gráfico 1<sup>17</sup> apresenta a expansão da Somos Educação segundo o número total de negócios que controla, aqueles que foram adquiridos/criados, e os que foram vendidos, anualmente:

Gráfico 1 – Expansão da Somos Educação, por número de negócios, 2010-2018\*



Fonte: Elaboração própria com base em Galzerano (2016) para os dados de 2010 a 2015 e Somos Educação S.A. (2017, 2018, 2019).

\*As aquisições referem-se à compra e criação de novos negócios e à realização de parcerias para comercializar marcas. Nas vendas também estão incluídas as incorporações de negócios às marcas já existentes; não foram consideradas as alienações parciais dos negócios da empresa.





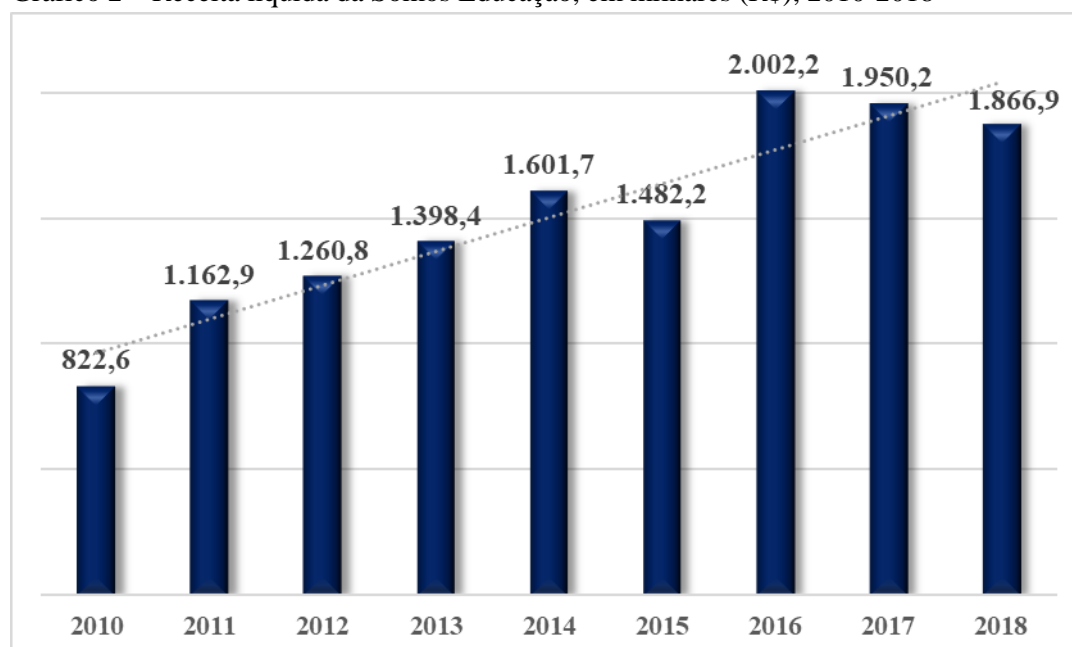
Nota-se que a Somos teve crescimento significativo no período, se considerado o número total de negócios que controla: de cinco, em 2010, passou para 44 em 2018. A maioria das aquisições ocorreu a partir de 2011, quando a companhia foi listada em bolsa de valores. No ano de 2014 somente uma empresa foi incorporada. Segundo Manoel Amorim, CEO da Somos naquele período, o grupo tinha realizado muitas aquisições e, portanto, o foco em 2014 era integrar os negócios. A possibilidade de novos investimentos, entretanto, não havia sido completamente descartada. (GALZERANO, 2016).

A partir de 2015, já sob gestão da Tarpon, a Somos voltou a realizar novas aquisições, com destaque para o setor educacional do Grupo Saraiva. Tal grupo constituía um dos principais concorrentes da Somos Educação no ramo de didáticos, sobretudo no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD); a negociação envolveu R\$ 725 milhões, à época. A maior parte das vendas e alienações dos negócios da Somos Educação aconteceu também a partir desse ano; de modo geral, a justificativa era a baixa rentabilidade. (GALZERANO, 2016).

O ano de 2018 destacou-se já que foram incorporados 14 novos negócios à Somos Educação e aconteceu a mudança de controladoria, com a alienação das ações da Tarpon Investimentos em favorecimento da Kroton/Cogna.

As aquisições realizadas no período ocasionaram um aumento expressivo na receita líquida da companhia, conforme apresentado no gráfico 2. Se comparados os anos de 2010 e 2018, vemos que o crescimento foi de aproximadamente 55%.

Gráfico 2 – Receita líquida da Somos Educação, em milhares (R\$), 2010-2018\*



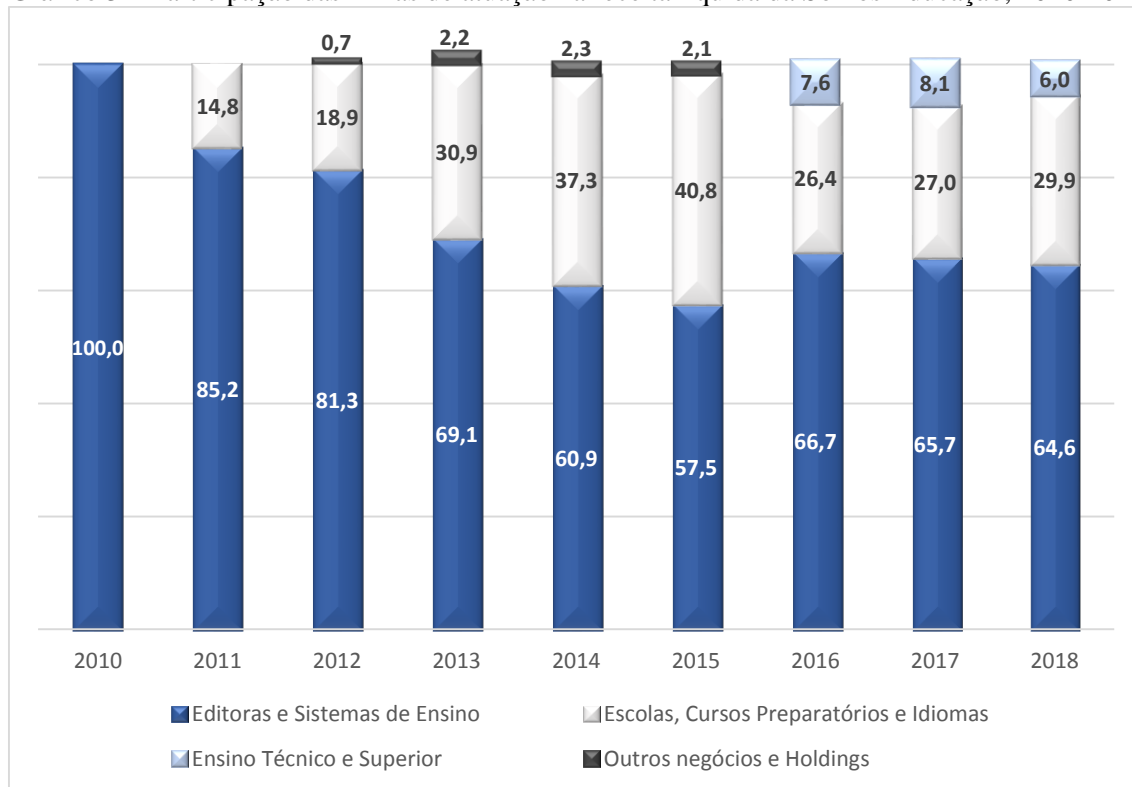
Fonte: Elaboração própria com base em Galzerano (2016) para os dados de 2010 a 2015 e Somos Educação S.A. (2017, 2018, 2019).

\* Valores corrigidos a partir do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).



O grande número de aquisições também gerou um aumento na variedade de produtos e serviços oferecidos pela companhia, gerando diversificação em sua atuação. De modo geral, os negócios da Somos Educação podem ser classificados em três grandes linhas: 1) Editoras e Sistemas de Ensino; 2) Escolas, Cursos Preparatórios e Idiomas; 3) Ensino Técnico e Superior; 4) Outros Negócios e *Holdings*. O gráfico 3 ilustra a participação dessas linhas na receita líquida da Somos:

Gráfico 3 – Participação das linhas de atuação na receita líquida da Somos Educação, 2010-2018\*



Fonte: Elaboração própria com base em Galzerano (2016) para os dados de 2010 a 2015 e Somos Educação S.A. (2017, 2018, 2019).

\*A partir de 2012, os valores que excedem os totais de 100% a cada ano correspondem às eliminações (vendas e transações entre empresas da própria companhia).

Ao longo do período analisado, a apresentação dos dados nos documentos disponibilizados pela Somos Educação mudou, o que dificultou a análise e síntese das informações ora disponibilizadas. Nesse sentido, alguns esclarecimentos são necessários. Em 2010, o Curso Preparatório Anglo estava classificado junto às Editoras e Sistemas de Ensino, depois passou para Escolas, Cursos Preparatórios e Idiomas. A marca ETB de Ensino Técnico foi classificada como Escolas, Cursos Preparatórios e Idiomas em 2011 e 2012; a partir de 2013 passou a integrar Editoras e Sistemas de Ensino; após 2016, com a criação da linha de atuação Ensino Técnico e Superior, é possível que tenha havido nova classificação já que o negócio está relacionado a essa linha. Até o ano 2015, a companhia classificava como Outros Negócios e *Holdings*, além das *holdings*, o Sistema de Ensino

Farias Brito, parceria desfeita em 2015; a Escola Satélite, vendida em 2014; a Alfacon, que teve 31% de suas ações alienadas, deixando de ser controlada em 2018; Edumobi, incorporado pela Ática em 2018; e Ei Você<sup>18</sup>. A partir de 2016, essa classificação deixa de existir e os negócios que ainda não haviam sido vendidos e as *holdings* foram contabilizados em outras linhas de atuação. (GALZERANO, 2016; SOMOS EDUCAÇÃO S.A., 2017, 2018, 2019).

Apesar das dificuldades encontradas, foi possível apreender o movimento geral que caracteriza o processo de diversificação da atuação da companhia. A linha das Editoras e Sistemas de Ensino apresentou queda até 2015, mas com a compra da parte educacional do Grupo Saraiva, essa atuação voltou a crescer a partir de 2016. Essa aquisição também ocasionou a inserção da Somos Educação no mercado de Ensino Técnico e Superior, já que a Saraiva possui selos editoriais para os ensinos técnico, profissionalizante e superior. A queda nas Escolas, Cursos Preparatórios e Idiomas a partir de 2016 relaciona-se à venda da rede de ensino de idiomas Wise-Up e You Move<sup>19</sup>. (GALZERANO, 2016).

No período analisado, as Editoras e Sistemas de Ensino seguiram com participação majoritária na receita líquida da Somos Educação, juntas corresponderam a 64,6% em 2018. Essa linha de atuação nos preocupa particularmente, pois são produtos e serviços oferecidos também para as redes públicas de ensino. Em 2018, a Somos atuou no PNLD por meio das editoras Ática, Scipione e Saraiva, sem contar os diferentes selos oferecidos por cada uma. Se consideramos todo o período, foram ofertados nove sistemas privados de ensino para a educação básica; ao menos cinco eram comercializados também para as redes públicas: Anglo, SER, Maxi, Agora, Ético. (GALZERANO, 2016).

Estudos desenvolvidos por Cassiano (2013), Pinheiro (2014) e Galzerano (2016) demonstraram que, no mínimo desde 2010, a Somos Educação possuía atuação majoritária no PNLD, tendo alcançado 36,5% do montante de recursos públicos destinados à aquisição de livros e materiais em 2018. (FNDE, 2019). Com relação à oferta de Sistemas Privados de Ensino, em 2013, a Somos estava entre os cinco grupos com maior inserção nessa política. (ADRIÃO, 2015).

## A LÓGICA CONTEMPORÂNEA DA PRIVATIZAÇÃO

O caso da Somos Educação evidencia que, na lógica contemporânea do capitalismo, até mesmo grupos empresariais que atuam em setores que não estão plenamente reduzidos à lógica da produção de mercadorias, veem-se diante da necessidade de atuarem de todos os modos para valorizarem seu capital, o que inclui a atuação no mercado financeiro. Desse modo, e na escala que já atingiram esses grupos, suas atividades tornam-se cada vez mais apenas um **meio** para a acumulação de capital, deixando de ter qualquer distinção em relação a outros tipos de serviços e mercadorias.

A volatilidade do setor financeiro pode ser observada nas rápidas alterações na composição acionária da companhia durante os anos observados, tendo havido três mudanças na controladoria: Grupo Abril, Tarpon e Kroton/Cogna. Mudam-se os controladores, mas não há dúvida de que os objetivos seguem os mesmos: garantir a lucratividade para seus acionistas. (GALZERANO, 2016).

Os valores envolvidos nas negociações demonstram a potencialidade do grupo e a importância do capital fictício: IPO, efetuada em julho de 2011 (R\$ 371,1 milhões); nova IPO e oferta pública secundária, em 2013 (R\$ 600 milhões); alienação das ações da Família Civita em proveito da Tarpon, em 2015 (R\$ 1,3 bilhão). (GALZERANO, 2016). Esse potencial tornou-se ainda mais evidente quando a Kroton/Cogna anunciou a compra da Somos Educação, em abril de 2018, pelo montante de R\$ 4,57 bilhões. (KOIKE; VALENTI; GUTIERREZ, 2018).

É importante ressaltar que a aquisição da Somos Educação constitui nova estratégia de expansão dos grupos atuantes no ensino superior privado, haja vista, por um lado, a tendência de estagnação das matrículas e a queda nos contratos com o Fies; por outro lado, os obstáculos enfrentados nas novas fusões e aquisições no nível superior. (GALZERANO; MINTO, 2018). Lembremos que o CADE reprovou a fusão Kroton/Estácio, afirmando que a operação geraria formação de monopólios. (MARTELLO, 2017). Já na educação básica, as políticas de fornecimento de materiais didáticos estão em ascensão, principalmente após a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2018.

A expansão da Somos é representada pela aquisição/criação de mais de 40 negócios num período de nove anos, evidenciando os movimentos de concentração e centralização de capital nesta área. Tal crescimento foi possibilitado por sua listagem em bolsa de valores e os subsequentes ganhos advindos do mercado financeiro. O próprio CEO da companhia em 2012, Manoel Amorim, afirmara que a abertura de capital tinha como objetivo a expansão por meio de aquisições. (GALZERANO, 2016).

Observando a Somos Educação, também se pode demonstrar que a educação se constituiu campo de valorização financeira no Brasil e no mundo. Note-se que a maioria dos ativos sob gestão da Tarpon advinha do exterior: 88%, em março de 2015. E, como o governo brasileiro não estabelece barreiras à entrada de capital estrangeiro na educação, pode-se inferir que a maior parte do investimento na Somos, naquele período, advinha do exterior. (GALZERANO, 2016). Com a mudança de controladoria em 2018, o montante de investimento estrangeiro deve aumentar haja vista que foi anunciada oferta de ações da Vasta Educação, subsidiária da Kroton/Cogna que passou a gerir as marcas da Somos Educação, na bolsa de valores *Nasdaq*, em Nova Iorque. Espera-se arrecadar até R\$2 bi no segundo semestre de 2020. (KOIKE, 2020).

Com a financeirização das suas atividades, a Somos Educação ampliou significativamente o montante de capitais disponível para ser adiantado no mercado educacional e, com isso, potencializou sua lucratividade. No mesmo sentido, garantiu ganhos

ampliados para os seus investidores (donos do capital-dinheiro), que passam a dispor de parcelas do valor (e do mais-valor) produzidas pelo complexo de atividades da empresa. Tem-se então um mecanismo de ganhos duplos: por um lado, a Somos lucra com as atividades educacionais que oferta; por outro lado, seus investidores financeiros – inclusive estrangeiros – lucram com a sua valorização nesse âmbito.

É lícito ressaltar ainda que a maior parte da receita líquida da Somos advém das editoras e dos Sistemas Privados de Ensino; no período analisado, essa linha de atuação foi responsável por 57,6% da receita, no mínimo. Ambos são ofertados também para as redes públicas de ensino; no caso das editoras, o faturamento advém quase exclusivamente pela venda por meio do PNLD. (GALZERANO, 2016). Pode-se afirmar, portanto, que uma parcela considerável da arrecadação da companhia é financiada diretamente pelos fundos públicos.

A Somos Educação constitui caso exemplar para flagrar a lógica contemporânea da privatização da educação. Os dados apresentados demonstram a centralidade que assume o capital fictício desde a listagem da companhia na BM&FBovespa, a existência de intensos movimentos de concentração e centralização de capitais haja vista o número de negócios criados ou adquiridos, e a relevância majoritária dos fundos públicos na composição de sua receita.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O capitalismo contemporâneo caracteriza-se pela centralidade do capital fictício e por movimentos de concentração e centralização de capital. As políticas neoliberais ganharam fôlego e atingiram setores que eram menos subordinados à atuação direta do capital, como é a educação. Grupos empresariais dessa área também se oligopolizaram e financeirizaram suas atividades, aumentando significativamente seus ganhos.

Nesse contexto, a privatização da educação torna-se ainda mais complexa e as reflexões em torno de seus processos de financeirização, mais necessários. Concordamos com Prado (2014) quando este afirma que a compreensão do capitalismo contemporâneo não deve prescindir da análise da totalidade do capital enquanto forma social dominante. Não há hierarquização arbitrária entre capitais; suas diferentes formas são constitutivas da totalidade do capital e possuem finalidades específicas nas relações capitalistas de dominação.

Nesse sentido, a centralidade adquirida pelo capital fictício não significa que estamos diante de uma forma “pior” ou “maléfica” de acumulação que gere as atividades educativas e determina suas demandas aos cofres públicos. Trata-se do próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista; as formas são transformadas, mas a natureza social do capital permanece a mesma. Com a dominação financeira, estabelecem-se novas dinâmicas de regulação das atividades educacionais, com centro irradiador externo e subordinado aos grandes mercados financeiros globais. Há, portanto, uma mudança na forma de distribuição

dos ganhos capitalistas provenientes dos setores em que o valor (e o mais-valor) são produzidos. (GALZERANO; MINTO, 2018).

Nesse processo, o resultado da financeirização das atividades de grupos como a Somos Educação é uma dupla sobreposição dos interesses privados sobre a educação, já que tanto as empresas quanto os investidores e acionistas lucram com as atividades ofertadas; ambos participam da divisão do mais-valor produzido socialmente. (GALZERANO, 2016).

Apesar da declarada defesa neoliberal de um Estado Mínimo, observa-se que o aparato estatal desempenha papel fundamental nesse processo. Na educação básica, o financiamento de políticas de provimento de materiais didáticos como é o caso do PNLD e da adoção de Sistemas Privados de Ensino propicia ao setor privado apropriar-se de recursos públicos que são estratégicos na garantia de sua rentabilidade, o que torna mais complexo o processo de privatização. A rigor, poder-se-ia afirmar que o Estado financia, direta e indiretamente, o lucro capitalista.

Países periféricos como o Brasil, cuja formação histórica sequer havia propiciado a construção de um sólido sistema público de educação, um dos pilares básicos para a garantia do direito à educação para todos, vivenciam os efeitos da privatização e do desmonte dos serviços sociais de forma dramática. Contribuíram para isso as recomendações advindas de organismos internacionais, com destaque para o Banco Mundial, e os acordos internacionais de comércio como o GATS e o TISA, que instituem um espaço mundial para a livre negociação da educação como *commodity*.

Nesse processo, expandiu-se a influência que empresas como a Somos Educação exercem sobre o setor educacional em geral e, conseqüentemente, seu poder de controle sobre as escolas e o ensino estatais. As implicações disso são variadas e não se limitam à questão econômica. Para além da lucratividade envolvida, a educação constitui-se espaço de disputa pelo controle ideológico da formação dos educandos. Não à toa, grupos empresariais ampliaram sua atuação no setor por meio de contratos com governos e venda de diversos tipos de materiais e serviços que podem interferir no trabalho pedagógico: materiais didáticos, modelos de gestão, assessoria, ferramentas tecnológicas, sistemas privados de ensino, formação continuada, entre outros. Igualmente, estão cada vez mais presentes em espaços decisórios, disputando diretamente a agenda educacional de municípios, estados e governo federal.

As conseqüências para a formação são drásticas. Uma delas é a influência de grupos como a Somos no conhecimento que atinge as escolas, uma vez que, como alertara Apple (1989), o currículo não é neutro, mas definido por um grupo que apresenta uma determinada visão sobre o que seria o saber legítimo, e tal determinação se elabora num contexto de conflitos e tensões. São motivos suficientes para ilustrar porque organismos internacionais como o Banco Mundial legitimam a utilização do livro didático.

Novos elementos da atual conjuntura brasileira, desde o golpe jurídico parlamentar que levou ao impedimento da presidente Dilma Rousseff, em 2016, e a eleição de Jair



Bolsonaro, em 2018, tornaram mais complexo o entendimento da correlação de forças envolvendo as políticas educacionais no país. São mudanças que fortalecem os interesses privados e enfraquecem as entidades e organizações da sociedade civil que protagonizaram esses debates noutros períodos.

Políticas recentes em torno do currículo poderão incrementar ainda mais os lucros dos grupos empresariais. Em julho de 2017, foi publicado o Decreto n. 9.099, que dispõe sobre mudanças no PNLD. O Programa teve seu escopo ampliado, com a inclusão de materiais de apoio à prática educativa como materiais de formação docente e de apoio para a gestão escolar, *softwares* e jogos educacionais, materiais de reforço e correção de fluxo, entre outros. Ressalta-se também que os livros dos anos iniciais do Ensino Fundamental serão consumíveis. (MEC, 2017).

Também merece destaque a homologação da BNCC. Com conteúdos fixados nacionalmente, empresários e investidores poderão beneficiar-se ainda mais com a venda de produtos e serviços para o setor público. Questiona-se a influência de setores privados mercantis na elaboração dos conteúdos mínimos, já que a BNCC conta com apoio do Movimento pela Base – grupo não governamental, que atua para facilitar a construção e a implementação da Base. O Movimento foi criado em 2013, a partir de seminário internacional ocorrido nos Estados Unidos, organizado e patrocinado pela Fundação Lemann. (MACEDO, 2014). Dele participam Itaú BBA, Instituto Unibanco, Instituto Ayrton Senna, Todos Pela Educação, dentre outros. São instituições privadas atuantes no âmbito educacional e que têm influenciado fortemente nas instâncias governamentais decisórias, impondo seus interesses na agenda educacional do país.

Em suma, observamos que no capitalismo contemporâneo tem-se intensificado a transformação das atividades educacionais em espaços privilegiados para a acumulação de capital. Isso não significa, entretanto, que a educação e os sujeitos que nela atuam permanecem passivos diante das ofensivas capitalistas. O desenvolvimento educacional mantém-se contraditório haja vista os diferentes modos de luta e resistência existentes: greves, lutas sindicais, ocupações estudantis, criação de coletivos de docentes e discentes, dentre outras.

Ademais, sabendo que nas sociedades capitalistas, é o Estado, enquanto espaço de disputas e contradições, que consegue garantir minimamente os direitos sociais, segue sendo fundamental ter como perspectiva o direito de todos e todas à educação como um dever que não pode ser transferido à iniciativa privada. A luta pela universalização da escola pública estatal, gratuita, laica, de qualidade socialmente referenciada, em todos os níveis de ensino, é imprescindível para garantir esses direitos mínimos.

## REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T. (coord.). **Sistemas de ensino privados na educação pública brasileira: consequências da mercantilização para o direito à educação**. 2015. 114 p. Relatório de Pesquisa – Ação Educativa, Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional.

ADRIÃO, T.; GARCIA, T. Sistema Apostilado de Ensino. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. C.; VIEIRA, L. F. (org.). **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte, UFMG, 2010. CD ROM.

APPLE, M. **Educação e poder**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

BALL, S.; YOUDELL, D. Hidden privatization in public education. **Education International: 5th World Congress**, July 2007.

BELFIELD, C.; LEVIN, H. **Education privatization: causes, consequences and planning implications**. Paris: Unesco, 2002.

BRASIL. MARE. Câmara da Reforma do Estado. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília, 1995.

CARCANHOLO, R.; SABADINI, M. Capital fictício e lucros fictícios. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 41-65, jun. 2009.

CASSIANO, C. F. **O mercado do livro didático no Brasil do século XXI: a entrada do capital espanhol na educação nacional**. SP: Ed. Unesp, 2013.

CHESNAIS, F. (org.). **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Xamã, 1999.

DALE, R. A promoção do mercado educacional e a polarização da educação. **Educação, Sociedade & Culturas**, Porto, n. 2. p. 109-139, 1994.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. **The crisis of early 21st century: a critical review of alternative interpretations**. 2011. Disponível em: <http://www.jourdan.ens.fr/levy/>. Acesso em: 20 out. 2014

FNDE. **Programas do livro: dados estatísticos**. 2019. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos>. Acesso em: 18 abr. 2019.

FOSTER, J. The Financialization of Capitalism. **Monthly Review**, v. 58, n. 11; p. 1-12, apr. 2007.

GALZERANO, L. S. **Grupos empresariais e educação básica: estudo sobre a Somos Educação**. 2016. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/321629>. Acesso em: 02 jun. 2021

GALZERANO, L. S.; MINTO, L. W. Capital fictício e educação no Brasil: um estudo sobre a lógica contemporânea da privatização. **EccoS – Revista Científica**, São Paulo, n.

47, p. 61-80. set./dez. 2018. Disponível em:  
<https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/10740>. Acesso em: 02 jun. 2021.

GOMES, H. Introdução. In: GOMES, H. (org.). **Especulação e lucros fictícios**: formas parasitárias da acumulação contemporânea. São Paulo: Outras expressões, 2015. p. 13-29.

HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

KOIKE, B. Cogna faz registro da Vasta na Nasdaq. **Valor Econômico**, Empresas, 16 mar. 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2020/03/16/cogna-faz-registro-da-vasta-na-nasdaq.ghtml?GLBID=1ca2451e43fc4b3f66cc09bc6784826b06435584442674c5572663056472d395a724d335a6a7153665f637a314d775756386c794d777939453662356a542d41714d77474b52466164527a4e75476f5239526b554375782d6372347751504f377434444f474c413d3d3a303a6c616c6f776d2e32303135>. Acesso em: 16 jun. 2020.

KOIKE, B.; VALENTI, G.; GUTIERREZ, M. Kroton fecha a compra da Somos Educação por R\$ 4,57 bilhões. **Valor Econômico**, Empresas, 23 abr. 2018. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2018/04/23/kroton-fecha-a-compra-da-somos-educacao-por-r-457-bilhoes.ghtml>. Acesso em: 17 jun. 2020.

LEHER, R. Agravamento da crise, coesão do bloco dominante e novos horizontes para as lutas sociais. **OSAL**, Buenos Aires, ano XIV, n. 33, p. 95-109, maio 2013.

MACEDO, E. Base curricular comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 03, p. 1530-1555, out./dez. 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/21666>. Acesso em: 02 jun. 2021.

MARQUES, R.; NAKATANI, P. Crise, capital fictício e afluxo de capitais estrangeiros no Brasil. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, n. 67, p. 65-78, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/19490>. Acesso em: 02 jun. 2021

MARTELLO, A. Cade reprova compra da Estácio pela Kroton Educacional. **G1**, Economia, 28 jun. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/cade-reprova-compra-da-estacio-pela-kroton-educacional.ghtml>. Acesso em: 25 nov. 2017.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 3: o processo global de produção capitalista. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. V. 4.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MEC. **Novo PNLD abre espaço para estados, municípios e professores da educação básica**, 19 jul. 2017. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/component/content/index.php?option=com\\_content&view=article&id=51981:novo-pnld-abre-espaco-para-estados-municipios-e-professores-da-educacao-basica&catid=222&Itemid=86](http://portal.mec.gov.br/component/content/index.php?option=com_content&view=article&id=51981:novo-pnld-abre-espaco-para-estados-municipios-e-professores-da-educacao-basica&catid=222&Itemid=86). Acesso em: 26 nov. 2017.

MONTAÑO, C. Novas configurações do público e do privado no contexto capitalista atual: o papel político-ideológico do “terceiro setor”. In: ADRIÃO, T.; PERONI, V. (org.). **Público e privado na educação: novos elementos para o debate**. São Paulo: Xamã, 2008. p. 27-49.

MOURA, M. Maior grupo de educação do país, Kroton vira Cogna e se divide em quatro. **Época Negócios**, Empresa, 07 out. 2019. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2019/10/maior-grupo-de-educacao-do-pais-kroton-vira-cogna-e-se-divide-em-quatro.html>. Acesso em: 05 dez. 2019.

OITO pessoas concentram mesma riqueza que a metade mais pobre da população mundial, diz ONG britânica. **G1**, Economia, 16 jan. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/oxfam-critica-concentracao-indecente-de-riqueza-no-mundo.ghtml>. Acesso em: 25 nov. 2017.

PAULANI, L. **Brasil delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico**. SP: Boitempo, 2008.

PINHEIRO, D. **Educação sob controle do capital financeiro: o caso do Programa Nacional do Livro Didático**. 2014. 128 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://ppge.educacao.ufrj.br/ppge-dissertacoes-2014.html>. Acesso em: 02 jun. 2021

PRADO, E. Exame crítico da teoria da financeirização. **Crítica marxista**, Campinas, n. 39, p. 13-34, 2014. Disponível em: [https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/sumario.php?id\\_revista=51&numero\\_revista=39](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/sumario.php?id_revista=51&numero_revista=39). Acesso em: 02 jun. 2021.

ROBERTSON, S.; VERGER, A. A origem das parcerias público-privada na governança global da educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 121, p. 1133-1156, out./dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/J4LqqtJBmwML9cR4dg8p65L/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 jun. 2021

SAMPAIO JUNIOR, P. **Crônica de uma crise anunciada: crítica à economia política de Lula e Dilma**. São Paulo: SG-Amarante, 2017.

SGUISSARDI, V. Educação superior no brasil: democratização ou massificação mercantil? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 133, p. 867-889, out./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/mXnvhVVs7q5gHBRkDSLrGXr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 jun. 2021

SHAIKH, A. La primera gran depresión del siglo XXI. **Sinpermiso**, n. 9, jul. 2011.

SOMOS EDUCAÇÃO S.A. **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016**. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.rad.cvm.gov.br/ENETCONSULTA/frnGerenciaPaginaFRE.aspx?NumeroSequencialDocumento=63744&CodigoTipoInstituicao=2>. Acesso em: 19 nov. 2019.

SOMOS EDUCAÇÃO S.A. **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017.** São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.rad.cvm.gov.br/ENETCONSULTA/frmGerenciaPaginaFRE.aspx?NumeroSequencialDocumento=71650&CodigoTipoInstituicao=2>. Acesso em: 19 nov. 2019.

SOMOS EDUCAÇÃO S.A. **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018.** São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.rad.cvm.gov.br/ENETCONSULTA/frmGerenciaPaginaFRE.aspx?NumeroSequencialDocumento=81743&CodigoTipoInstituicao=2>. Acesso em: 19 nov. 2019

SOMOS EDUCAÇÃO S.A. **Quem somos.** 2015. Disponível em: <http://www.somoseducacao.com.br/pt/somos-educacao/quem-somos/>. Acesso em: 30 mar. 2015.

TASQUETTO, L. Comercialização da educação superior: a definição das posições negociadoras entre o regulador educacional e o negociador comercial. *In: PEIXOTO, M. (org.). O capital global na educação brasileira.* São Paulo: Anita Garibaldi, 2016.

UMPIERES, R. T. Entenda por que o melhor setor da Bolsa em 2014 já caiu mais de 40% em 2015. **Infomoney**, Mercados. 13 jan. 2015. Disponível em: <http://www.infomoney.com.br/mercados/acoes-e-indices/noticia/3803845/entenda-por-que-melhor-setor-bolsa-2014-caiu-mais-2015>. Acesso em: 06 nov. 2016.

#### **AUTORIA:**

\* Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Doutoranda em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Contato: [lucianasgalzerano@gmail.com](mailto:lucianasgalzerano@gmail.com)

#### **COMO CITAR ABNT:**

GALZERANO, L. S. A educação vai ao mercado financeiro: Somos Educação em debate. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 21, p. 1-21, 2021. DOI: 10.20396/rho.v21i00.8660130. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8660130>. Acesso em: 02 ago. 2021.

#### **Notas**

<sup>1</sup> Parte dos resultados apresentados resultam de pesquisa de mestrado desenvolvida na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

<sup>2</sup> Dale (1994), Belfield e Levin (2002), Ball e Youdell (2007), Robertson e Verger (2012), dentre outros.

<sup>3</sup> A designação Somos Educação foi criada apenas em 2015, quando a companhia deixou de fazer parte do portfólio de negócios do Grupo Abril; antes disso, o nome era Abril Educação. Neste artigo, optamos pela adoção da nomenclatura Somos Educação.

<sup>4</sup> Para Marx (1991), há uma tendência gradual de queda na taxa média de lucro. Sob o modo de produção capitalista, o desenvolvimento das forças produtivas pode ocasionar a redução do dispêndio de capital naquilo que é o elemento produtor de valor (e mais-valor): a força de trabalho. Entretanto, trata-se de uma tendência e, como tal, sua averiguação ou adequação ocorre na



concretude histórica e no decorrer de longos períodos. Ademais, o estudo da realidade histórica apresenta fatores contrários à lei. O investimento no setor financeiro constitui um desses fatores. Para informações detalhadas, ver o livro 3 d'O Capital, sobretudo os capítulos 13, 14 e 15. (MARX,1991).

<sup>5</sup> Destacamos Chesnais (1999), Foster (2007); Duménil; Lévy (2011); Shaikh (2011); Harvey (2013).

<sup>6</sup> Para discussão mais ampla e aprofundada, recomendamos a leitura de Marx (1991), Prado (2014) e dos autores reunidos em Gomes (2015).

<sup>7</sup> Estudo realizado pela ONG britânica Oxfam mostrou que oito pessoas no mundo dispõem de tanta riqueza quanto a metade mais pobre da população mundial. (OITO..., 2017).

<sup>8</sup> Considerando as privatizações e os investimentos estrangeiros diretos, 44,2% do montante de capitais foi destinado à área de serviços, com destaque para os serviços financeiros e atividades auxiliares e o de telecomunicações. (MARQUES; NAKATANI, 2013).

<sup>9</sup> Leher (2013, p. 99) afirma que os governos do Partido dos Trabalhadores contribuíram intensamente para a desnacionalização da economia. No período de 2004 a 2011, 1.296 empresas foram desnacionalizadas, resultando em acréscimo das remessas totais de lucros que saíram do país – de US\$ 25,198 bilhões, em 2004, para US\$ 85,271 bilhões, em 2011.

<sup>10</sup> A concentração refere-se ao aumento de capitais individuais e de capitalistas; a centralização relaciona-se à redistribuição dos capitais que já existem, independente do crescimento do volume do capital social. Esses processos são complementares; para Marx (2013, p. 703): “[...] a acumulação [...] é um procedimento extremamente lento se comparado com a centralização, que só precisa alterar o agrupamento quantitativo dos componentes do capital social.”

<sup>11</sup> Há algumas incongruências quanto à data de criação da Abril Educação nos endereços eletrônicos da própria companhia. Em nossas pesquisas, consideramos o ano de 2010, pois remete à reorganização societária do Grupo Abril e à criação de um setor específico direcionado à educação. (GALZERANO, 2016).

<sup>12</sup> O termo sistema, ora adotado, apresenta um significado particular: designa um pacote de produtos e serviços, contendo material didático apostilado, material de apoio para docentes, assessoria pedagógica, formação continuada, instrumentos avaliativos. (ADRIÃO; GARCIA, 2010).

<sup>13</sup> As empresas podem realizar nova IPO por meio da oferta de novas ações. Oferta pública secundária refere-se à oferta de um bloco de ações que já existem; são os próprios acionistas que vendem suas ações. (GALZERANO, 2016).

<sup>14</sup> *Holdings* da família Civita que controla os negócios do Grupo Abril. A criação do grupo remete ao ano de 1950, quando foi criada a Sociedade Anônima Imprensa Brasileira, a Abril Gráfica. O grupo atua nos seguintes segmentos: mídia, gráfica, logística e distribuição, educação. (GALZERANO, 2016).

<sup>15</sup> Sociedade detida por fundos de investimentos geridos pela Tarpon Investimentos. A Tarpon foi fundada em 2002 e, apesar de sua origem brasileira e de ter os valores mobiliários custodiados no Brasil, a maior parte do capital sob sua gestão vem das Américas, sobretudo dos EUA. O portfólio de investimentos em 2014 era amplo, abrangendo os seguintes setores: materiais, consumo/varejo, alimentos, logística, energia, construção civil, financeiro, saúde e educação. (GALZERANO, 2016).

<sup>16</sup> A Kroton atua no ensino superior e na educação básica e é considerada a maior empresa de educação do mundo. Em outubro de 2019, tornou-se a *holding* Cogna e foi dividida em quatro subsidiárias, de acordo com suas linhas de atuação: duas voltadas ao ensino superior (Kroton e Platos) e duas à educação básica (Saber e Vasta/Somos). (MOURA, 2019).

<sup>17</sup> O gráfico representa o que foi possível apreender a partir da análise dos documentos disponibilizados pela Somos Educação. Tais dados são suficientes para observar a expansão da companhia.

<sup>18</sup> O negócio deixou de constar no portfólio da Somos Educação a partir de 2016, entretanto, não foi possível apreender informações sobre possível venda ou incorporação da marca. (SOMOS EDUCAÇÃO S.A., 2019).



---

<sup>19</sup> A rede foi recomprada pelo seu fundador, Flávio Augusto da Silva, por R\$ 398 milhões. A Somos a tinha adquirido em 2013, por R\$ 877 milhões, mais que o dobro que o valor da venda. (GALZERANO, 2016).